



EDITAL

Hortas Comunitárias e Pedagógicas

Quinta da Cruz

Maria da Conceição Rodrigues de Azevedo, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu, em de harmonia com a deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, realizada no dia 05 de setembro de 2019:

Dá público conhecimento de que o Município de Viseu aceita candidaturas para atribuição de talhões das Hortas Comunitárias e Pedagógicas, identificadas com os números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30, sites na Quinta da Cruz, Estrada Nacional n.º 237-1 e identificados na planta que integra o **Anexo III** do presente Edital, de acordo com as seguintes condições:

1. As candidaturas deverão ser apresentadas até às **16:00H, do dia 18 de outubro de 2019**.
2. As candidaturas deverão ser entregues no Atendimento Único desta Câmara Municipal, ou poderão, ainda, ser remetidas pelo correio, sob registo com aviso de receção, devendo dar entrada na Câmara Municipal de Viseu até ao dia fixado no ponto anterior, sob pena de não serem admitidas.
 - 2.1 A apresentação de candidatura determina a emissão de recibo comprovativo de entrega, com registo do respetivo dia e hora.



- 2.2 A candidatura é formalizada com o preenchimento de ficha de inscrição cujo modelo consta do **Anexo I** do presente Edital.
- 2.3 Junto com a ficha de inscrição deverão ser anexas fotocópias do Cartão de Cidadão, ou do B.I. e Cartão de Contribuinte, bem como a declaração constante do **Anexo II** do presente Edital.
3. Os talhões serão atribuídos em conformidade com as condições estabelecidas no artigo 5º das Normas de Acesso e Utilização – Hortas Comunitárias e Pedagógicas, documento que se dá aqui por reproduzido e que integra o **Anexo IV**.
4. Assim, e para constar, se publica o presente Edital, que irá ser afixado para consulta, no Serviço de Atendimento Único da Câmara Municipal de Viseu, no Portal Municipal em <http://www.cm-viseu.pt>., na Quinta da Cruz e na sede da Junta de Freguesia de Repeses e São Salvador.

Município de Viseu, 19 de setembro, de 2019

A Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu

(Maria da Conceição Rodrigues de Azevedo)



ANEXO I

Ficha de Inscrição

“Hortas Comunitárias e Pedagógicas”

Nome completo: _____

Data de nascimento: __/__/__

Morada: _____

Código Postal: ____ - ____ **Localidade:** _____

Contato telefónico: _____

E-mail: _____

É beneficiário(a) do Rendimento Social de Inserção ou qualquer outro subsídio?

Sim ____ **Não** ____ (se respondeu sim, junte em anexo o respetivo comprovativo do Centro de Emprego)

Nº de elementos do agregado familiar: _____ (junte em anexo atestado da Junta de Freguesia)

Algun elemento do agregado familiar é portador de deficiência?

Sim ____ **Não** ____ (se respondeu sim, junte em anexo o atestado médico de incapacidade)

Já foi horticultor nas Hortas Comunitárias e Pedagógicas____, se sim, indique o
nº do talhão_____

Data: __/__/__

Assinatura:



MUNICÍPIO DE
VISEU

ANEXO II

DECLARAÇÃO

Eu _____ declaro
sob compromisso de honra, para cumprimento do disposto no n.º.2 do artigo 5º da Lei
n.º.7/2007, de 5 de fevereiro (cria o Cartão de Cidadão e rege a sua emissão e utilização)
que autorizo a reprodução, por fotocópia do Cartão de Cidadão
n.º. _____, para efeitos de candidatura à atribuição de talhões das Hortas
Comunitárias e Pedagógicas sitas na Quinta da Cruz.

Em ____ de _____ de _____

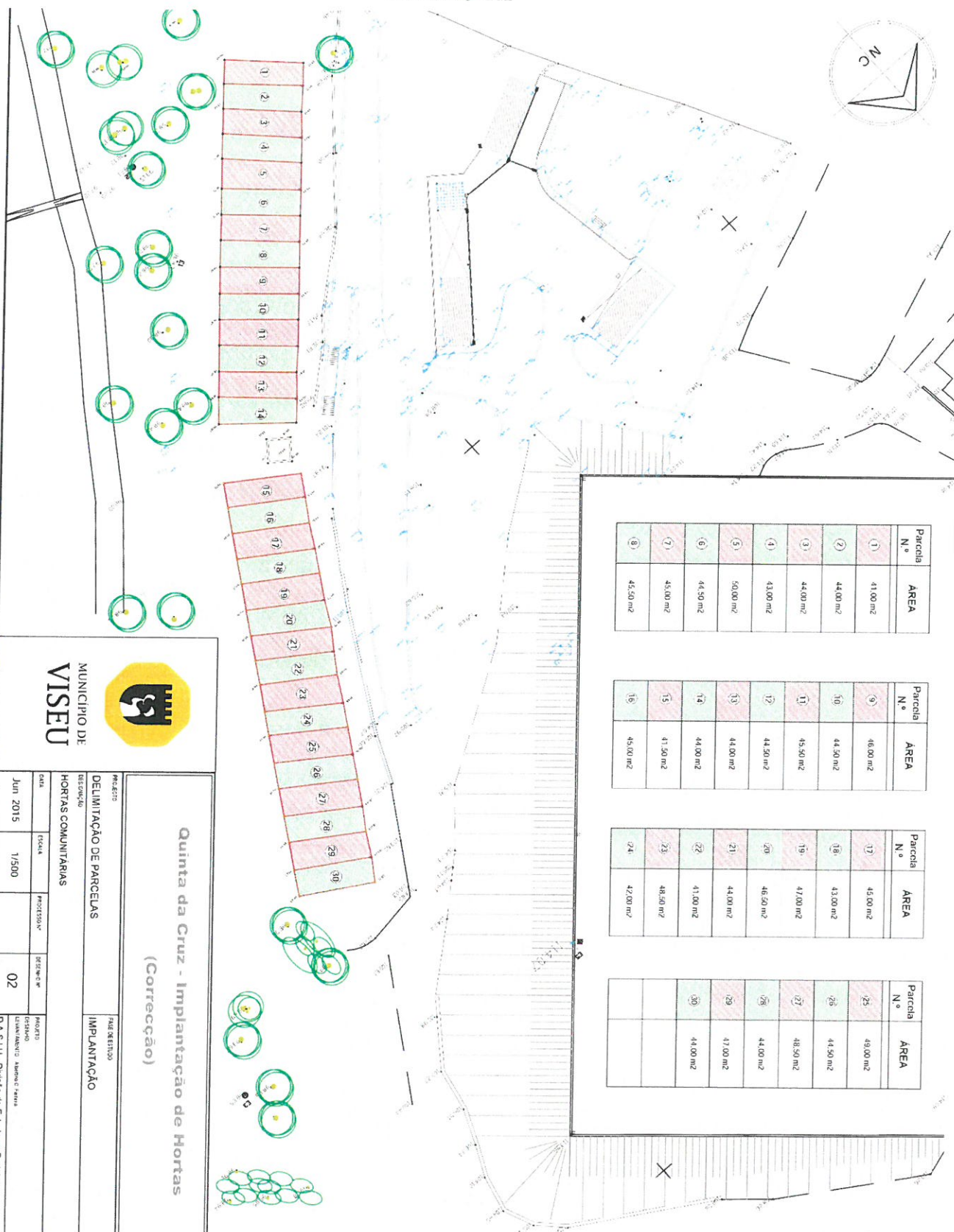
(Assinatura)

Plano



MUNICÍPIO DE
UISEU

ANEXO III



MUNICÍPIO DE
UISEU



**Quinta da Cruz - Implantação de Hortas
(Correcção)**

PRÉLITO		FOLHA DE DETALHE	
DELIMITAÇÃO DE PARCELAS		IMPLANTAÇÃO	
HORTAS COMUNITARIAS			
DATA	ESCALA	PROJEÇÃO	REVISÃO
Jun 2015	1/500		02
		PROJETO	
		ELABORADO: ARMANDO C. SILVA	
		D.A.S.U. - Divisão de Estudos e Projetos	



ANEXO IV

Normas de Acesso e Utilização

Hortas Comunitárias e Pedagógicas

Preâmbulo

As autarquias assumem um papel preponderante na promoção e preservação do meio ambiente que envolve a cidade, tida como comunidade inteira onde as pessoas se constroem, se desenvolvem e afirmam as suas capacidades, adotando práticas que abrangem todas as potencialidades sociais, culturais, económicas e agrícolas.

A Câmara Municipal de Viseu reconhece que a atividade agrícola, materializada sob a forma de hortas comunitárias e pedagógicas (HCP), permite uma melhoria da qualidade ambiental e de vida das pessoas.

Nos municípios com forte componente urbana, a horticultura torna-se ainda mais relevante para a manutenção da qualidade do solo, da biodiversidade e consequentemente, da estrutura ecológica.

As Hortas Comunitárias são espaços criados para a prática da horticultura de lazer, onde as famílias se podem inscrever e cultivar os seus produtos, sendo que estes espaços têm também um enorme potencial sociocultural, permitindo um incremento da qualidade de vida dos seus utilizadores.

Os Programas das Hortas Comunitárias e Pedagógicas visam criar um novo espaço de horticultura inserido numa área verde, cuja manutenção seja participada, fomentando o espírito comunitário e a apropriação qualificada



do espaço público, onde diferentes gerações convivam e troquem experiências.

Nestes espaços, os munícipes poderão cultivar produtos hortícolas, constituindo um complemento ao orçamento familiar como também um propósito pedagógico ao promover as boas práticas agrícolas e incentivar à produção da terra e à preservação e conhecimento da natureza.

As hortas pedagógicas são também instrumentos salutareos e importantes para o desenvolvimento de competências e onde todos podem aprender sobre os ciclos e as culturas e conhecer os diferentes aspetos da gestão de um espaço rural, espécies, particularidades, propriedades e técnicas agrícolas utilizadas nas atividades desenvolvidas.

Sendo esta uma realidade com grande procura, mormente em cidades do Norte da Europa, esta prática tem ganho expressão em Portugal e que Viseu pretende acompanhar.

Se por um lado, existe a preocupação em ter acesso a uma alimentação mais saudável, por outro, as dificuldades económicas de agregados familiares com poucos recursos, têm vindo a concorrer para um crescente interesse pelas práticas agrícolas, numa lógica de subsistência e/ou de contributo para as economias familiares, mas também como atividade ocupacional e intergeracional.

O projeto das Hortas Comunitárias e Pedagógicas procura assim responder a estas considerações e necessidades, criando condições que permitam aos cidadãos que assim o pretendam o acesso a um espaço para cultivar e aprender, inseridos num ambiente comunitário.



Artigo 1º

Objeto

O presente documento visa definir as normas de acesso e utilização das Hortas Comunitárias e Pedagógicas - Quinta da Cruz e demais infraestruturas comuns associadas àquele projeto.

Artigo 2º

Objetivos

Indicam-se os principais objetivos do projeto das Hortas Comunitárias:

- a) Incentivar a atividade agrícola numa vertente preferencialmente sustentável, apostando numa horticultura de subsistência e simultaneamente promovendo uma alimentação mais saudável.
- b) Proporcionar aos munícipes que não disponham de terrenos próprios o acesso a estes, privilegiando agregados familiares mais desfavorecidos e numerosos e Instituições de Solidariedade Social.
- c) Consciencializar a comunidade utente das hortas para práticas de sustentabilidade ambiental, nomeadamente: economia de água, recurso a compostagem e consociações de plantações, em detrimento de fertilizantes químicos.
- d) Promover um espírito comunitário e de entreaajuda, na utilização e manutenção do espaço público comum, através de atividades de formação, convívio e lazer.
- e) Promover a inserção e inclusão social.



Artigo 3º

Definições

- a) Horta Comunitária – Horta cultivada de acordo com os princípios da agricultura, preferencialmente sem recurso a qualquer produto químico de síntese, em que é favorecido o cultivo hortícola em comunidade.
- b) Horta pedagógica – Espaço cultivado por um grupo de formandos, orientados por um formador, no qual se realizam ações de formação de base prática, tem um carácter mais experimental que produtivo.
- c) Talhão – Parcela de terreno cultivável, atribuída a um munícipe e/ou agregado familiar e/ou instituição, mediante inscrição e apreciação dos elementos apresentados.
- d) Hortelão/ horticultor – Pessoa a quem foi atribuído um talhão para cultivo de acordo com os princípios definidos no projeto, e demais direitos e deveres estabelecidos no presente documento.

Artigo 4º

Candidatos

1. Qualquer munícipe residente no Concelho de Viseu pode candidatar-se às Hortas Comunitárias e Pedagógicas, mediante apresentação de candidatura.
2. A cada candidato apenas pode ser atribuído um talhão.

Artigo 5º

Seleção de Candidaturas

1. A candidatura é formalizada com o preenchimento de ficha de inscrição cujo modelo será disponibilizado pela Câmara Municipal.



2. A atribuição dos talhões, será da responsabilidade da Comissão de Análise e Seleção de Candidaturas.

3. A seleção das candidaturas recebidas, no âmbito do projeto das Hortas Comunitárias e Pedagógicas, será feita pela Comissão de Análise e Seleção de Candidaturas.

4. Na apreciação das candidaturas será dada prioridade, e pela ordem infra indicada, às candidaturas cujo agregado familiar contenha pessoas nas seguintes situações:

4.1 Beneficiários do Rendimento Social de Inserção;

4.2 Desempregados;

4.3 Famílias numerosas (com 5 ou + elementos);

4.4 Idosos (idade superior a 65 anos).

4.5 Famílias com elementos portadores de deficiência, cujo grau de incapacidade seja superior a 50%.

4.6 Outros, nomeadamente, anteriores utilizações de talhões.

5. A distribuição dos talhões observará a proporção de 18% por cada uma das situações numeradas de 4.1 a 4.5 e de 10% no número 4.6.

6. Os candidatos que se encontrem nas situações previstas no anterior número 4. deverão apresentar os documentos comprovativos correspondentes, sem os quais essa situação não será considerada na apreciação das candidaturas.

Artigo 6º

Organização das Hortas

1. O projeto Hortas Comunitárias e Pedagógicas é desenvolvido em espaço propriedade do Município de Viseu.
2. As hortas são delimitadas pelas seguintes áreas de atividade:
 - a) Talhões, parcelas de terreno com áreas variáveis e que o município de Viseu delimita fisicamente;
 - b) Áreas Comuns, espaços onde estão localizados os equipamentos de uso comum e de apoio, bem como as vias de comunicação e área de passagem entre estes e os talhões, que deverão estar sempre desimpedidas e em bom estado de conservação.

Artigo 7º

Direitos dos horticultores

Os candidatos selecionados têm os seguintes direitos:

- a) Utilizar o talhão atribuído para a prática de agricultura, de acordo com regras definidas no presente documento.
- b) Utilizar as infraestruturas e espaços comuns a todos os utentes das hortas, de acordo com regras previamente estabelecidas.
- c) Frequentar ações e sessões de formação e esclarecimento.

Artigo 8º

Deveres dos horticultores

Compete aos horticultores:



- a) Manter o espaço cedido, bem como os demais espaços comuns das hortas em boas condições de salubridade e segurança.
- b) Manter os equipamentos de uso comum (compositores, sistemas de água, abrigos para ferramentas, etc) em boas condições.
- c) Frequentar as ações de formação obrigatórias.
- d) Privilegiar as práticas de agricultura biológica, zelando pela qualidade dos produtos, impedindo que estes invadam áreas comuns ou de outros talhões.
- e) Cumprir os horários de utilização do espaço.
- f) Utilizar racionalmente os recursos comuns, nomeadamente a água e composto.
- g) Praticar corretamente as regras de compostagem.
- h) Respeitar os limites físicos do espaço que lhe for destinado, não plantando sebes ou construindo quaisquer outras estruturas no interior ou nos limites do seu talhão, sem prévia autorização escrita do gestor das hortas.
- i) Iniciar as práticas agrícolas até um mês após a receção do seu talhão, mantendo as hortas em produção.
- j) Não se fazerem acompanhar de quaisquer animais de estimação ou companhias, á exceção de cães guias.
- k) Não efetuar no local quaisquer outras práticas que não a da agricultura, designadamente a pratica desportiva ou de lazer;



1) Não se fazerem acompanhar de pessoas estranhas ao seu agregado familiar sem prévia autorização escrita do gestor.

Artigo 9º

Produtos Cultivados

- 1- O horticultor pode cultivar produtos vegetais, legumes, ervas aromáticas e/ou medicinais, privilegiando as consociações de plantações.
- 2- Os produtos resultantes da atividade do horticultor são para consumo próprio e do seu agregado familiar, podendo ser comercializados em eventos de promoção da horticultura a organizar pela Câmara Municipal.
- 3- É vedado, sob pena de expulsão do projeto e participação às autoridades policiais, o cultivo de espécies vegetais proibidas por lei.
- 4- Para evitar ensombramento das culturas contíguas, a plantação de quaisquer árvores ou arbustos carece de autorização prévia e escrita da Câmara Municipal.
- 5- A construção e colocação de estufas, carece de autorização prévia e escrita da Câmara Municipal.

Artigo 10º

Acordo de utilização

- 1- O Acordo de Utilização celebrado com os utilizadores das hortas, ao abrigo do presente documento, será válido por 1 ano, a contar da data da sua assinatura, renovável por iguais e sucessivos períodos, se não for denunciado por qualquer dos outorgantes.



2- O Município reserva-se o direito de resolver o Acordo de Utilização, com aviso prévio de 30 dias, caso o horticultor não cumpra as obrigações previstas no presente documento.

3- O Horticultor também poderá, a qualquer momento, resolver o Acordo de Utilização, deixando de utilizar o talhão que lhe foi atribuído, devendo, para isso, informar o Município com a antecedência mínima de 30 dias, não podendo, no entanto, exigir qualquer indemnização por benfeitorias executadas no local ou outros.

Artigo 11º

Encargos de Gestão

Cada horticultor pagará anualmente 50,00€ (cinquenta euros), valor devido com a entrega do talhão, sendo que, em caso de carência económica, devidamente comprovada, poderá o pagamento ser efetuado em 4 prestações de igual valor, distribuído, de forma equilibrada pelo ano em curso.

Artigo 12º

Avaliação

A utilização das parcelas está sujeita a avaliação periódica pela Câmara Municipal, de acordo com os objetivos do programa e de modo a verificar o cumprimento do disposto no presente documento.

Artigo 13º

Cessação da utilização

O direito de utilização cessa nos seguintes casos:



- a) Se o horticultor não der início ao cultivo nos 30 dias seguintes à atribuição do direito;
- b) Se o horticultor abandonar o talhão, considerando-se para o efeito a ausência não justificada de cuidados de cultivo por período superior a dois meses.

Artigo 14º

Restituição do Talhão

1. Finda a utilização por desistência do utilizador ou por qualquer das causas previstas no artigo anterior, o utilizador é obrigado a restituir o talhão nas condições em que o encontrou, livre e desimpedido de quaisquer culturas ou materiais.
2. Caso a restituição do talhão não se verifique nas condições referidas no número anterior, os eventuais custos com a restituição serão imputados ao utilizador.

Artigo 15º

Fiscalização e Penalidades

1. A fiscalização das disposições constantes no presente documento compete à Câmara Municipal de Viseu ou a quem esta indicar.
2. O incumprimento das Normas de Acesso e Utilização, determinam a imediata extinção do Acordo de Utilização, sem que o horticultor tenha direito a qualquer indemnização.



MUNICÍPIO DE
UISEU

Artigo 16º

Normas de Acesso e Utilização

A participação no Projeto de Hortas Comunitárias implica o conhecimento e aceitação das Normas aqui consignadas.

Artigo 17º

Dúvidas e Casos Omissos

Qualquer questão que não esteja prevista no presente documento será apreciada e decidida pela Câmara Municipal de Viseu.

Artigo 18º

Entrada em vigor

As Normas de Acesso e Utilização entram em vigor após aprovação da Câmara Municipal e devida publicitação.